

CARLOS F. SANTOS CARVALHO

ADVOGADO

CIRCULAR Nº90/2009

ASSUNTO : Período de funcionamento.

A lei nº105/2009, de 14 Setembro – **4ª Circular**

Como vimos apresentando, esta Lei nº105/2009, veio “regular” vários temas do Código Trabalho/Versão 2009. Assim, no referido Código encontramos, na secção sobre a “Duração e Organização do tempo de trabalho”, um artigo nº201, cujo título é

PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

e que tem um nº4, que diz:

“4- O regime dos períodos de funcionamento consta da legislação específica”

o que efectivamente é agora feito pela lei nº105/2009, cuja al.d), do nº1, do artº1, refere que a mesma lei regula

“d)- período de laboração, de acordo com o previsto no nº4, artº201, do Código do Trabalho”.

Efectivamente, nesta Lei temos um artº16 (e só este), cujo título é “PERÍODO DE LABORACÃO”. Portanto, a primeira ideia a reter é que o artº201, do Código/09, reproduz, na totalidade, o artº160, do Código revogado/2003. Assim, e recordando,

- ➔ **período de funcionamento**, é o período de tempo diário durante o qual o estabelecimento pode exercer a sua actividade, --- nº1, artº201.
- ➔ **período de abertura**, é o período de funcionamento de estabelecimento de venda ao público, --- nº2, artº201.
- ➔ **período de laboração** é o período de funcionamento do estabelecimento industrial, --- nº3, artº201.

Portanto, o que agora a Lei nº105/2009 vem fazer, com o referido artº16 é regular tão só o “período de laboração” que, como se viu, é o período de funcionamento do estabelecimento industrial. Ora,

Este artº16 é uma cópia integral do artº176, do Regulamento ao Cód. Trabalho/versão 2003. Portanto, vamos recordar o que já é conhecido. Desde logo,

Que o "período de laboração" é o compreendido entre as 7H00 e as 20H00 (nº1, artº16). É conveniente lembrar que, salvo determinação em contrário no contrato colectivo do sector, só é considerado trabalho nocturno o realizado entre as 22H00 e as 07H00, --- nº2, artº223, CT/09.

Que o Ministro do Trabalho pode autorizar períodos de laboração, por motivos económicos e tecnológicos, para além das 07H00 e das 20H00 (nº2, artº16). Que,

Também o Ministro do trabalho e o Ministro do sector da actividade em causa podem,

"... mediante despacho conjunto, autorizar a **laboração contínua** do estabelecimento por motivos económicos ou tecnológicos" (nº3, artº16).

ATENÇÃO: como já era , e agora consta do nº4, do artº16, desta Lei nº105/2009, quer para aumentar o período de laboração para além do tal período das 7 às 20 horas; quer para entrar em laboração contínua o empregador ~~da~~ Empresa) deve apresentar na ACT (Autoridade das Condições de Trabalho) um requerimento,

"... devidamente **fundamentado** e acompanhado de :

- parecer da comissão de trabalhadores ou, na sua falta, da comissão sindical ou intersindical ou dos delegados sindicais ou, 10 dias após a consulta, comprovativo do pedido de parecer;
- projecto de horário de trabalho a aplicar;
- comprovativo do licenciamento da actividade da empresa;
- declarações emitidas pelas autoridades competentes comprovativas de que tem a situação contributiva regularizada perante a administração tributária e a segurança social.

Por fim, e como já acontecia, a violação do disposto nos nº1, 2 e 3, deste artigo 16 constitui contra-ordenação grave, --- nº5, artº16.

Selinho 2009

al. F. Santos